

PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL

DIRECTOR
FLÁVIO GONÇALVES



VOL. XX

1981

N.º 1

EDIÇÃO
DA
CÂMARA MUNICIPAL

Um emigrante de Beiriz fundador da cidade de Iconha (Brasil)

por MANUEL AMORIM

I

Comentando o art.º X do tratado de paz e amizade de 1810 entre a corte portuguesa, sediada no Rio de Janeiro, e a inglesa, escreveu um douto e probo historiador brasileiro «...encetava a Grã Bretanha a sua longa e perseverante campanha de quasi meio século em favor da abolição do tráfico de escravos» (¹). O compromisso português limitava-se, por enquanto, a proibir aos súbditos negociar tal mercadoria fora dos seus próprios territórios africanos (²) e tal reflecte a dureza do caminho a percorrer. Na verdade, tanto no espírito do Príncipe Regente como no da maioria do seu governo e dos brasileiros em geral, subsistia a ideia de que tal «abolição» era impraticável por oposta à prosperidade do grande país (³). No entanto, a campanha abolicionista, liderada pela poderosa Inglaterra (⁴), conquistou as cortes europeias e se, por um lado, as pressões diplomáticas obrigavam o governo português a uma

(¹) Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro -- 1908, vol. I, pág. 415.

(²) Mauricio Goulart, *A Escravidão Africana no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975, pág. 220.

(³) Oliveira Lima, *ob. cit.* Pág. 416.

(⁴) A Inglaterra aboliu o tráfico escravo por lei de 1807 com efeito a partir de 1808.

política ambígua, por outro lado, as violências, saques e piratarias acumulavam dificuldades e prejuízos sem conta no comércio marítimo ⁽⁵⁾.

Em 1822, o Brasil proclamava-se nação independente com o problema do tráfico dos escravos, quase, no mesmo pé em que a questão fôra aberta. O nóvel governo, consciente do óbice que tal matéria poderia constituir ao reconhecimento do país, preparou a sua diplomacia em ordem a não admitir o facto como condicionante, oferecendo às cortes europeias a alternativa de uma política de prazos ⁽⁶⁾. A Inglaterra, sempre hábil em colher dividendos, condescendeu no início para logo recrudescer em ameaças o que obrigou o Imperador a assinar a convenção de 1826 segundo a qual o tráfico realizado «...depois de três anos da troca de ratificações... ficaria equiparado à pirataria» ⁽⁷⁾. Embora o comércio negreiro continuasse intenso, pois o escravo negro constituía o único braço de força da agricultura, o governo brasileiro sentindo o incómodo da Convenção, como fero espinho, nunca mais deixou de proclamar aos povos civilizados e ao arrepio a opinião pública e das forças produtoras «...os sentimentos generosos de justiça e filantropia que o animam... empenhará seus esforços na repressão do tráfico» ⁽⁸⁾. Estas palavras, impregnadas do espírito de 26, foram pronunciadas em 1845 e nos quatro anos seguintes registaram-se os índices mais elevados de entradas de negros nos portos do Brasil: 1845... 19.453; 1846...50.324; 1847...56.172; 1848...60.000; 1849... 54.000 ⁽⁹⁾. Este provisionamento maciço de mão-de-obra revela-nos dois factos importantes: Que, finalmente, o comércio de escravos fá ser travado com decisão; que as iniciativas para a substituição da mão de obra negra eram, quase, nulas.

⁽⁵⁾ Portugal subscreveu as disposições da Convenção de Viena (1815) mas nem por isso o tráfico escravo deixou de florescer; em 1817 estabeleceu-se, entre Portugal e Inglaterra, o direito recíproco de «visita e busca» aos barcos.

⁽⁶⁾ M. Goulart, *ob. cit.* pág. 241. O próprio José Bonifácio defendia, por razões económicas internas, a extinção lenta e progressiva do tráfico.

⁽⁷⁾ *Idem*, pág. 243.

⁽⁸⁾ *Idem*, pág. 259.

⁽⁹⁾ *Idem*, pág. 270.

Em 1850, quando os barcos ingleses de cruzeiro moviam guerra implacável aos «tumbeiros» e tinham já paralisado uma boa soma deles, decretou o governo brasileiro leis severíssimas contra o tráfico e seus agentes e da sua eficácia falam os números. A entrada de escravos desceu, espectacularmente, para 3.287 em 1851 e, no ano seguinte, apenas setecentos ⁽¹⁰⁾.

Quem vai substituir a mão de obra escrava e em que condições?

II

No discurso do trono, de 1849, o jovem D. Pedro II alertava a nação para o grave problema da carência de braços na agricultura «...recomendo-vos muito especialmente que providencieis sobre o modo de suprir a lavoura dos braços que diariamente lhe vão faltando...» ⁽¹¹⁾. A um país que vivia apoiado no trabalho escravo desde a sua origem, o recurso ao braço livre implicava uma revolução tanto nas ideias como nos processos, o que sempre acontece com extrema lentidão e explica o desfazamento temporal entre a proibição do tráfico (1850) e a extinção da escravatura (1888). Os dados, porém, estavam lançados e o país tinha de procurar novas gentes e ensaiar outros processos de fixação à terra. Como sempre, a iniciativa privada adiantou-se ao governo; inventou formas de «cooperação» com os emigrantes e eis que estes chegam dos quatro cantos da Europa. Ouçamos o historiador Pedro Calmon: «No Rio Grande, no Paraná, em São Paulo, na provincia do Rio prosperaram os núcleos situados em zonas depuradas da escravidão negra, onde a divisão da propriedade, a liberdade do comércio, a tolerancia religiosa, o clima favorável, ajudaram a desenvolver-se a nova população loira» ⁽¹²⁾. São as colónias agrícolas que contribuíram decididamente para o progresso dos estados do sul.

⁽¹⁰⁾ *Idem*, pág. 262.

⁽¹¹⁾ *Falás do Trono de 1823 a 1889*, Rio de Janeiro, 1889, fls. 440.

⁽¹²⁾ Pedro Calmon, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, vol. V, pág. 1692.

Por sua vez, o governo criava em 1858 a Associação Central de Colonização destinada a recrutar emigrantes, sobretudo, nos países mediterrânicos da Europa. Estabelece a prática do «engajamento», com oferta de viagem paga e garantia de trabalho na agricultura, que a filandria de agentes desonestos perverteu e a desumanidade de tantos Senhores transformou em triste e dolorosa aventura ⁽¹³⁾. Portugal, ligado por fortes laços históricos e económicos ao Brasil, viu a emigração tradicional dos filhos segundos dos casais agrícolas, cujas «legítimas» davam e sobejavam para algum alcance de vida, estender-se aos filhos dos pequenos lavradores, caseiros ou rendeiros e a uma extensa faixa do proletariado rural e da pequena burguesia aldeã. Muitos desfaziam-se dos seus míseros quinhões dotais e com a mulher e os filhos partiam para sempre num desafio corajoso e temerário às incertezas do destino de quem tantas vezes foram vítimas.

Esta emigração já não ficava, exclusivamente, nas cidades, mas dispersava-se pelo interior dos Estados, servindo nas fazendas, convivendo com escravos, suportando as agruras do clima, o mau gênio e a sovina dos patrões contratantes. Uma vez libertos das peias contratuais e, diga-se, nem sempre de forma legítima, procuravam fixar-se, lá onde o trem faz paragem ou se cruzam as estradas de trânsito obrigatório, para exercer a mercancia.

Nados e criados no amanho das terras e na criação dos gados, muitos se fizeram colonos prestimosos, desbravando os matos incultos e transplantando, para a vasta imensidão dos territórios, a imagem da entidade organica que era a comunidade em que nasceram.

A casa residencial, térrea ou sobradada, com seu portal fronho aberto para um terreiro de amplas dimensões cujo centro geométrico foi marcado por uma cruz e a capela dedicada ao santo padroeiro natal ou outro da devoção familiar, constituem elementos típicos da presença do colono reinol que se fixou à terra para a povoar. Estes colonos constituem, numa visão

(13) Joel Serrão e outros, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa* (antologia) pág. 185 e seg..

idealizada, a imagem-organica do pioneiro, segundo a expressão de Viana Moog ⁽¹⁴⁾.

O número de portugueses ligados à fundação de vilas e cidades do interior brasileiro, é avultado. Nunca é demais salientar o esforço dos investigadores das áreas regionais na construção da «pequena história» sem a qual, dificilmente, se acompanhará o exato caminhar de um povo através dos tempos. Havemos de concordar sobre as dificuldades e limites de tais tarefas quando há que devassar vidas e recortar personalidades, cuja acção se repartiu por pátrias e continentes distintos. O emigrante colono pertence ao património comum. Ao radicar-se no Brasil, não perdeu nem negou as suas origens; não destruiu os vínculos com a sociedade que o expeliu; não caiu fora da história. Se, parafraseando o épico, «...por obras valerosas se vão da lei da morte libertando» ⁽¹⁵⁾, urge dar a conhecer tais obras, para que a memória os não olvide; urge despertar os seus patrícios para os valores humanos que a terra gerou; urge inscrever o seu nome no património cívico e moral do Concelho a que pertenceram; urge, enfim, dar-lhes o lugar que, por justiça, conquistaram nas páginas da história local.

Por outro lado, muito se valorizaria a historiografia regional brasileira, com o aprofundamento biográfico desses colonos: Matriz genealógica, estrato social, natureza do facto migratório (económico, jurídico, político, religioso); o tráfico, o acolhimento, as condições de trabalho, os retornados, etc., etc. A literatura portuguesa de ficção é responsável, ao dar-nos imagens individuais torpes, pela pouca atenção dada à importância capital do emigrante português no Brasil, vulgo *brasileiro*, na história sócio-económica dos dois países.

Há dois anos, no verão, vi chegar à minha igreja um simpático casal que, pelo falar, mostravam de onde vinham; também, sem delongas, revelaram o imprevisto da visita. A Senhora descendia, pelo tronco materno, de um natural de Beiriz que, curiosamente, acopulara o topónimo natal aos apelidos de

(14) *Bandeirantes e Pioneiros*, colecção Livros do Brasil, pág. 234.

(15) Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto primeiro.

família; logo assim, sua mãe tem por graça LISY BEIRIZ CARVALHO. ⁽¹⁶⁾ Guiados por essa estrela, procuraram com êxito a terra anunciada nos registos baptismas e grande foi o seu espanto e incontido júbilo quando, na sacristia da igreja, lhes pus em frente dos olhos a vera efigie do seu antepassado. Ele não era para mim um desconhecido, pois a história da igreja que pastoreio me é familiar ⁽¹⁷⁾, e JOSÉ GONÇALVES DA COSTA BEIRIZ faz parte dessa história, figurando o seu nome e o seu retrato na galeria dos benfeitores ⁽¹⁸⁾. Daí se proporcionou a abertura para um diálogo extremamente revelador acerca da personalidade de Costa Beiriz e culminou com um pacto de mútua ajuda, pelo qual a escritora D. Léa Carvalho Ferreira se oferecia a prestar-me as informações referentes à obra colonizadora de seu ilustre ancestral, cabendo á minha parte a investigação dos elementos biográficos autóctones ⁽¹⁹⁾.

O meu interesse por este estudo tem, para além do objectivo atrás expresso, ou seja, dar a conhecer às gentes da minha terra a obra notável de um concidadão, a finalidade de desfazer um equívoco para o qual, involuntariamente, eu possa ter contribuído. Há anos recebi, do Brasil, uma carta, perdida no meu desmantelado arquivo, inquirindo sobre um tal José Joaquim da Costa, oriundo de Beiriz, emigrante na Paraíba, onde mandou erguer uma capela a N. Senhora da Luz, num sítio denominado GUARABIRA, dando origem à cidade desse nome. Da resposta, guardo duas folhas de bloco manuscritas, que constituem, apenas, uma parte da mesma ou os tópicos de outra, cuja cópia não guardei. Nelas se fala da antiquíssima emigração dos naturais de Beiriz para o Brasil; da não menos antiga devoção a N.ª Senhora das Candeias ou da Luz, padroeira da vizinha freguesia

⁽¹⁶⁾ Léa Carvalho Ferreira, *A casa Paterna*, Vitória do Espírito Santo, 1979, pág. 68.

⁽¹⁷⁾ P. e Manuel Amorim, *A Igreja Paroquial de Beiriz*, notícia histórica, 1972.

⁽¹⁸⁾ *Ob. cit.*; pág. 67. O Senhor Costa Beiriz, em 1907, comprou em França um relógio para a torre da Igreja de Beiriz. Em sinal de reconhecimento, a Junta de Paróquia mandou colocar o seu retrato na sacristia da igreja.

⁽¹⁹⁾ Cartas de 27 de Set. e 8 de Dez. de 1978.

de Terroso,⁽²⁰⁾ da hipótese de José Joaquim da Costa ter descendido de alguém daquela freguesia, pois era grande o relacionamento entre os dois povos vizinhos; do costume, ainda vivo, dos Terrosenses emigrantes levarem consigo a estampa votiva de sua padroeira. Nada sobre Costa Beiriz. No entanto, há resquícios de memória sobre essa longínqua correspondência que apontam um pormenor que lá devo ter referido. É o facto de a figura de Costa Beiriz, a qual eu conhecia, nessa época, muito superficialmente, andar envolta em fama de haver realizado feitos semelhantes à do inquirido José Joaquim da Costa. Se tal aconteceu, é de admitir a confusão nas pessoas, já que os nomes se assemelham, originando-se o equívoco do responsável pela ficha «Guarabira» para a Enciclopédia Luso-Brasileira de cultura «VERBO» vol. IX, pág. 1166; onde se lê: GUARABIRA. Município da Paraíba...O português José Gonçalves da Costa Beiriz foi o verdadeiro fundador do aglomerado...levantou, no local, uma capela sob a invocação de N.ª Senhora da Luz...».

Ao receber do meu amigo Flávio Gonçalves, director da revista municipal *Póvoa de Varzim*, o convite para colaborar no volume dedicado às freguesias do concelho apresentando algo sobre Beiriz, logo me ocorreu a ideia de aproveitar a oportunidade, que desde já agradeço, para rectificar a notícia da Enciclopédia, e publicar as informações biográficas que consegui obter sobre o notável beirizense que, nos meados do séc. passado, ainda muito jovem, o pai levou com os irmãos para as terras do Espírito Santo. Falemos dessa odisseia.

III

Manuel Gonçalves da Costa nasceu e viveu até à data do casamento, no lugar de Bouçó, freguesia de São Cristóvão de Rio Mau ⁽²¹⁾, nessa época ainda parte do velho Condado de

⁽²⁰⁾ Manuel Amorim, *Duzentos e cinquenta anos da freguesia de S.ª Eulália de Beiriz*, Póvoa de Varzim, 1972, pág. 141.

⁽²¹⁾ Esta freguesia é limítrofe com a de Beiriz mas pertence ao concelho de Vila do Conde.

Barcelos, feudo da Casa de Bragança. O lugar de Bouçó, originou-se do povoamento de uma antiga reserva senhorial pertencente à casa de Cavaleiros, de entre o Ave e o Este ⁽²²⁾. Ali se fixaram alguns casais agrícolas e outras gentes ligadas à servidão da terra e ao artesanato rural. A profissão de carpinteiro, exercida por M. da Costa e seu pai, indica que seus antepassados derivam, possivelmente, desde último estrato social. Quase sempre, estes artesãos, fabricavam pequenos tratos de terra adquiridos por sub-enfiteuse. Sua dependência económica era grande e, por isso, emigravam com frequência. A tradição oral popular atribue aos homens de São Cristóvão destacados dotes de capacidade, o que M. da Costa não desmente, como veremos, dominando a adversidade com decidido arrojo para dar uma volta total à vida. É curiosa a lenga-lenga de apodos tópicos que põe em confronto, e não raro, em conflituosa emulação, os povos circunvizinhos:

Lavradores em Touguinha
 Manatas em Touguinhó
 Capazes em São Cristóvão
 Honrados em São Simão
 Matadores em Bagunte
 Pimpões em Mindelo
 Cricas em Formariz
 Espancadores no Anjo
 Pandilhas em Beiriz ⁽²³⁾.

O jovem carpinteiro desposou, em 23 de Janeiro de 1836, na paróquia de Beiriz, uma donzela de vinte e três anos, Rita Maria de sua graça, oriunda da típica e famosa classe radicada desde tempos imemoriais na freguesia, dos pedreiros. Realmente, tanto seu pai José Joaquim Pereira como o avô Domingos Galvão, foram pedreiros de profissão. O casal fixou-se

⁽²²⁾ Mais tarde estabeleceu-se ali um Morgadio.

⁽²³⁾ Recolha feita junto do Sr. Joaquim Martins, do Sobrado, Rio Mau, que a ouvira de seus antepassados.

no lugar de Cuteres, provavelmente em casa de algum parente paterno, numerosos no sítio, onde nasceram os dois primeiros filhos: António, em 12 de Fevereiro de 1838 e José, em 12 de Setembro de 1843. Depois transferiu-se para o lugar da Quintã, onde adquiriu uma pequena casa. Aí nasceu o filho Manuel, em 29 de Setembro de 1846; aí lhe faleceu a esposa e a mãe; daí partiu com os filhos para o Brasil. Para sempre...

O lar de Manuel da Costa era remediado e decente; de contrário, o pároco não teria registado à margem do assento de óbito da esposa a nótula «cumpriu tudo» mas sim «por ser pobre, não teve nada» ⁽²⁴⁾. De resto, os pobres não emigravam; se não havia com que caucionar as dívidas da passagem e demais preparos indispensáveis à longa travessia atlântica e aos riscos de um acolhimento incerto?

Será de excluir, como causa primeira da saída de M. da Costa, a incapacidade de sobrevivência da família. As razões, todas de ordem conjuntural, passam pelo campo da afectividade, se atender-mos à sua viuvez precoce; pelo raciocínio frio e calculista quanto ao futuro dos filhos; pela ocasional crise económica que o país atravessava com reflexos negativos no mercado do trabalho local e no preço dos géneros de primeira necessidade; por certos encargos financeiros contraídos perante os familiares na execução da herança paterna. De cada uma faremos uma sucinta explanação.

Se a morte, numa perspectiva de fé, é o princípio de uma vida nova para os que partem; por vezes, também o é, numa perspectiva terrena, para os que ficam. No dia 21 de Setembro de 1853 abriu-se um taburno de madeira no corpo da igreja de Beiriz para guardar o cadáver de Rita Maria Pereira, casada com Manuel Gonçalves da Costa, do lugar da Quintã ⁽²⁵⁾

⁽²⁴⁾ A expressão «cumpriu tudo» refere-se aos bens de alma impostos pelo Livro dos Usos e Costumes da paróquia, a saber: officio fúnebre (pelo menos um de 5 padres); oferta de meio alqueire de trigo; 2 alqueires de milho; 1/4 de centeio e o anal (reza ánuã).

⁽²⁵⁾ A. R. C. P. V.; S.¹ª Eulália de Beiriz-Óbitos (1804-1870), fls. 69 e 69v, n.º 12 e 14.

Deixava o mundo com, apenas, quarenta anos de idade e dezasseite de casada; tempo mais que suficiente para dar à orfandade três jovens moços: António, de 15 anos; José, de 10 e Manuel, próximo dos 6. Estamos no tempo da peste. Nos campanários, os sinos dobram em macabra competição. Vinte e um dias após a morte da esposa, a *malina* leva-lhe a sogra; ⁽²⁶⁾ logo depois o pai. O nóvel viúvo sente-se em total desamparo. Como providenciar o sustento dos filhos se não tinha quem deles cuidasse? Uma hipótese se apresentava promissora para aquela vida triste e aflita: trazer para a sua companhia o que restava do lar paternal, a velha mãe e a irmã solteira. Conseguido tal objectivo, volta, por momentos, a paz e a tranquilidade ao espírito de M. da Costa. Ele pode, agora com calma e serenidade, pensar no seu futuro e dos filhos. Para estes, só uma alternativa convence, a de emigrar para o Brasil à semelhança de tantos outros. E o dinheiro para a viagem? E como os despachar? Separadamente, antes que chegue o alistamento no exército? E ele, ficaria para ali a sangrar em vida sua precoce viuvez e a incerteza do destino dos filhos? Andava M. da Costa amassando o pão quotidiano com o fermento acre da dúvida, quando uma inexorável certeza o visita: a morte da mãe ⁽²⁷⁾.

Parece-nos que foi a partir deste evento que um plano, difusamente pré-concebido, se clarifica na mente de M. da Costa e ganha vulto a ideia de emigrar com os filhos para o Brasil. A minha convicção fundamenta-se em documentos notariais que informam ter ele ficado, após a morte dos pais, com os bens do casal, obrigando-se a dar as «legítimas» aos demais herdeiros ⁽²⁸⁾. Não iam além de uma casa e uma horta esses bens, os quais, numa transacção feliz, dariam entre 100 a 150 mil reis, cabendo a cada um dos herdeiros, que eram três, o máximo de 40 mil reis deduzidas as despesas dos funerais e bens de alma.

⁽²⁶⁾ Faleceu em 12 de Outubro de 1853.

⁽²⁷⁾ Faleceu em 2 de Outubro de 1857.

⁽²⁸⁾ A. M. P. Notários da Póvoa de Varzim, 3^o cartório, liv. 143, fls. 118.

Com tão escasso dinheiro, ele não agenciaria mais que uma passagem; no entanto, já era alguma coisa, se acrescentarmos «as legítimas» devidas aos filhos orfãos, quando ocorresse a morte do sogro, homem possuidor de alguns bens de raiz. É de supor que M. da Costa nunca tentasse expor os seus planos ao sogro, atendendo à especial predilecção que ele dedicava ao neto Manuel, como se prova pelo facto de, em seu testamento, o constituir herdeiro do «terço de alma» ⁽²⁹⁾. O certo é que estava ali uma caução para os encargos que necessariamente teria de contrair, na hipótese de ir avante o seu plano.

Homem resoluto e capaz, procura junto das irmãs e cunhado o apoio que tanto ansiava ou seja, o empréstimo das cotas provenientes da venda do casal de Bouçó. As negociações não devem ter sido fáceis. Quem se arriscava a emprestar dinheiro em época de tão difícil e prolongada crise? Um dinheiro que vinha dar algum alento àquelas magras bolsas incapazes de aguentar uma provocante carestia da vida? Na verdade, o flagelo da cólera morbus desbastou, em 1855, a população da vila da Póvoa de Varzim, principal mercado de trabalho da região ⁽³⁰⁾. As providências contra a *malina* provocaram a paralização da maioria das obras quer públicas quer particulares. Os preços subiram a cotas impossíveis. O milho, principal alimento do povo trabalhador, em ascensão desde 1851 ⁽³¹⁾, atingiu os 800 réis o alqueire em 1855 ⁽³²⁾ quando o salário médio de um operário andava pelos 120 réis ⁽³³⁾. Como o Concelho não produzia o cereal necessário ao consumo dos habitantes, campeava a especulação que a Câmara procurava rebater comprando-o noutras terras, a fim de aniquilar «...a sórdida ambição de malvados monopolistas e escandalosos abarcadores que com

⁽²⁹⁾ A. M. P. V. Livro de Testamentos, n^o 15, fls. 26.

⁽³⁰⁾ Manuel Silva, *A velha Póvoa de Varzim*, 1935, pág. 22.

⁽³¹⁾ Miriam A. Pereira, *Livre Cambio e Desenvolvimento Económico*, Ed. Cosmos, 1971, pág. 200.

⁽³²⁾ Doc. e Mem. para a história do Porto — XXXVIII — *Preços de Géneros Alimentícios Comercializados nos Mercados do Porto no Séc. XIX (1844-1899)*, pág. 96.

⁽³³⁾ Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no séc. XIX*, pág. 249. Médias referentes ao distrito do Porto.

o sangue da pobreza fazem tráfico de objectos de primeira necessidade»⁽³⁴⁾. Em 1857 a situação continuava má e a miséria generalizava-se. Só a muita confiança que os familiares de M. da Costa nele depositavam nos explica como levou a final seu intento. E não foi baldada essa confiança, pois logo veremos como se mostrou solícito, já das bandas de lá, em satisfazer os compromissos assumidos.

Obter dinheiro para ir ao Brasil «tentar a sorte» era, naquela época, muito difícil; só vendendo ou hipotecando a fazenda; excepto, se os pais possuíam recursos suficientes para lhes abonar o passe. Assim se compreende que a grande massa emigrante saía da burguesia provinciana, sobretudo da classe agrícola, quando não desejasse seguir a carreira eclesiástica. Uma sondagem feita ao «*Rol dos Confessados*» da paróquia de Beiriz, referente ao ano de 1868, e portanto dentro da década do embarque de M. da Costa, mostra que andavam emigrados 56 indivíduos varões, solteiros, dos 143 existentes como maiores de sacramentos. A maior parte dessa juventude — contei trinta e sete moços — provinha das principais casas de lavoura: Loureiro, de Fraiço...2 filhos; Silva...1 filho; Pereira...dois filhos; Martins...1 filho; Campos...3 filhos; Brandão, de Calves...2 filhos; Torres, do Xisto... 2 filhos; Casanova, de Beiriz de Baixo... 2 filhos; Fonte e Azevedo...1 filho cada; Miranda, de Outeiro...2 filhos; Costa, da Riba...2 filhos; Morim, da Quintã...1 filho; Casanova, de Paredes... 3 filhos, etc.⁽³⁵⁾. Um pequeno lavrador, do lugar do Outeiro, chamado João Luis Coelho, mandou para o Brasil o total dos filhos varões, em número de cinco⁽³⁶⁾. Estes mancebos iam, geralmente, por conta das suas «legítimas» pelo que, tanto nas escrituras dotais do «*cabeça de casal*» como nos testamentos, se encontram inúmeras referências às verbas dispendidas no tráfico para o Brasil. No testamento de «*mão comum*»

(34) A. M. P. V. *Livro da Correspondencia*; reg. n.º 76 de 11 de Junho de 1855.

(35) A. P. B. Trata-se de um caderno manuscrito onde se encontra relacionado, por lugares, cada um dos fogos eclesiásticos (famílias) existentes na paróquia e destinava-se ao controle do cumprimento do 2.º e 3.º preceitos da Igreja.

(36) A. M. P. V. *Livro de Testamentos*, n.º 19, fls. 26.

de João Gonçalves Casanova, do lugar de Paredes, feito em 1862, lê-se «...gastamos com a viagem e aprestos para os nossos filhos irem para o Brasil 50 mil reis fortes por cada um». Estas importancias seriam deduzidas aos quatrocentos mil reis das suas «legítimas»⁽³⁷⁾. Raramente, nesta região, o emigrante, quer herdado ou não, levava consigo o total da sua herança⁽³⁸⁾. A mentalidade corrente era de que o emigrante devia contribuir para a propriedade do casal e nunca para o seu depauperamento⁽³⁹⁾.

Regressando ao exame da mesma fonte informativa, observa-se que andavam emigrados 14 chefes de família, na maioria operários ou artífices, uns com numerosa prole outros recém-casados: António Gonçalves da Costa, pedreiro, do lugar da Quintã, emigrou em 1860 após o nascimento do décimo filho; de lá (Brasil) ajudou a casar sete filhas; chamou para si os dois únicos rapazes e, falecida a esposa em 1880, regressou à terra onde viveu por mais dez anos até ao dia em que foi dormir o sono eterno no mesmo leito de sua companheira⁽⁴⁰⁾. Este é um exemplo de emigrante, chefe de família, que realizou plenamente o seu objectivo, ou seja, conseguir em terra estranha o que a pátria lhe negava, quer por falta de recursos quer por defeito estrutural⁽⁴¹⁾. À partida, é este o sonho, bem pouco ambicioso, do emigrante deste tipo, o qual, nos períodos de crise, arrastou muitas dezenas de chefes de família de Beiriz⁽⁴²⁾ sendo, porém, reduzido o número dos que o realizaram com êxito.

Os jovens, livres de compromissos familiares, partiam com outras ambições: Tentar a fortuna e regressar um dia rico

(37) *Idem*, Livro n.º 27, fls. 35.

(38) Manuel Amorim, *Os Bonitos de Amorim*, Póvoa de Varzim, 1973, pág. 11.

(39) Não raro se recorria a práticas fraudulentas para desviar ou reduzir a participação dos emigrados nas partilhas dos casais.

(40) A. M. P. V. *Livro de Testamentos*, n.º 27, fls. 42.

(41) Sobre as causas da emigração em Portugal, ver a síntese de Joel Serrão sob a epígrafe «*Emigração*» no *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pág. 19.

(42) Em 1913, andavam emigrados 85 chefes de família; os habitantes de Beiriz eram cerca de 1.500.

«brasileiro» à aldeia natal. Muitos se enredaram nas teias do «engajamento» mas foi na vintena de 50-70 que se fizeram no Brasil (Pernambuco e Baía) as melhores fortunas de Beiriz: Silva Azevedo, António Cascão, Nogueiras e Pereiras, Loureiros e Brandões, enfim, todo o «panteon» beirizense.

IV

Ignoramos, exatamente, a data em que Manuel Gonçalves da Costa partiu com os filhos para o Brasil; admitimos, como prováveis, os anos de 1857 ou 58 ou seja, logo após o falecimento da mãe Ana Maria Josefa. Estavam os filhos com 19, 14 e 11 anos, idades favoráveis a enfrentar uma viagem repleta de incómodos. Esta, tanto se podia realizar em vapores ingleses, ainda raros, ou em brigues e barcas mercantis, movidos à vela, com preços muito mais acessíveis mas terrivelmente desconfortáveis. Um bom pacote ligava o Rio de Janeiro a Lisboa em vinte dias e a capital portuguesa a Pernambuco em quinze; um brigue ou uma escuna, com motores auxiliares, gastava um mês para chegar àquela cidade e mais dez dias à capital⁽⁴³⁾. Uma família de recursos modestos teria de recorrer aos barcos nacionais, a não ser que obtivesse lugar na 3.ª classe de um vapor cujo preço rondava uns 40 mil reis⁽⁴⁴⁾. Anos atrás, os que se destinavam a Pernambuco, tinham a sair do Porto o brigue «Flor de Beiriz» com excelentes (?) cómodos para «ir de passagem», o qual carregava em nome da firma Joaquim José de Amorim (Bonitos de Amorim)⁽⁴⁵⁾. Pela barra do Douro deve ter saído M. da Costa em direcção a Lisboa, no vapor da carreira, uma vez que o seu destino era a rota do Rio. Não foi, porém, este importante centro importador de braços humanos — no 1.º semestre de 1857 entraram no Rio de Janeiro 5.254

(43) Manuel de Lemos, *Guia Luso-Brasileiro*, Porto 1859, pág. XVII.

(44) Maria Joannis Benis, *A emigração de 1856 a 1875 vista de Viana do Castelo* «Revista de História Económica e Social», n.º 3, fls. 98.

(45) Anúncio no *Diário de Pernambuco*, 5 de Fev.º de 1839.

peçoas sendo 1.915 procedentes do Porto⁽⁴⁶⁾ — quem tentou M. da Costa, talvez receoso das más notícias das pestes⁽⁴⁷⁾, mas sim as terras do Espírito Santo, onde desembarcou na vila de Benevente, hoje denominada Anchieta. Escreve a minha informadora «...neste porto desembarcavam os emigrantes que se radicavam no Espírito Santo, tanto portugueses como italianos»⁽⁴⁸⁾. Parece que o local não desagradou ao nosso homem uma vez que aí estabeleceu residência como se conclue de uma procuração passada ao filho António em 1866 «...residente na villa de Benevente comarca de Itapamirim»⁽⁴⁹⁾ agenciando a sua vida e a dos filhos «...em trabalhos muito modestos»⁽⁵⁰⁾. Todavia, com algum proveito; pelo menos o indispensável à solvência dos encargos sucessórios abertos quando da saída para o Brasil. Na verdade, em 23 e 28 de Março de 1866 celebraram-se duas escrituras de «paga e quitação de legítimas» em que outorgaram, por um lado, António Gonçalves da Costa como procurador de seu pai Manuel Gonçalves da Costa Beiriz, e do outro, Rosa Maria e marido Manuel José de Figueiredo e Maria Gonçalves da Costa, solteira, irmãs e cunhado do referido M. da Costa, todos de Beiriz. E por eles foi dito «...que tendo falecido seus pais e sogros António Gonçalves da Costa e mulher Ana Maria Josefa não tinham feito inventário os seus herdeiros porem que elles outorgantes tinham feito partilhas amigáveis com o dito seu irmão e cunhado Manuel Gonçalves da Costa Beiriz ficando este obrigado a pagar-lhes as suas legítimas paterna e materna por ter ficado com os bens do casal dos ditos falecidos e porque do mesmo seu irmão já tinham recebido parte das mesmas legítimas e neste acto receberão o resto da mão do dito procurador seu sobrinho na importancia de nove mil e seiscentos reis (cada um) disseram que das mesmas legítimas tanto paterna como materna dão por este instrumento paga rasa e

(46) Maria Joannis, art. citado, pág. 94.

(47) Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. 5, pág. 1710.

(48) Léa Carvalho Ferreira, carta de 27-9-1978.

(49) A. D. P. *Notários da Póvoa de Varzim-3.º cartório*, livro n.º 145, fls. 118.

(50) Léa C. Ferreira, carta cit.

geral quitação ao dito seu irmão e cunhado ausente e a seus herdeiros e nada mais delles» (61).

Este documento, verdadeiramente elucidativo, merece ainda uma pertinente observação. Porque não veio M. da Costa a Portugal, mas sim o filho António, homem adulto de quase trinta anos? Além de outras possíveis e naturais razões, avulta o facto de, entretanto, haver ocorrido a morte de seu sogro, em 1864, José Joaquim Pereira o qual, por testamento do mesmo ano, dispôs «...instituto meu filho e netos por únicos e universais herdeiros e declaro que sou senhor de alguns bens de natureza faturezimos os quais nomeio no meu neto Manuel filho da Rita com obrigação de dar as legítimas aos demais herdeiros...mais declaro que o meu filho Domingos já está pago da legítima de sua mãe e que meus netos filhos de minha filha Rita ainda nada receberam» (62).

Afastado da herança do sogro, uma vez que a esposa falecera antes de qualquer um deles, compreende-se a razão da utilidade da presença de António em Portugal, em vez do pai; ele, como herdeiro, podia cuidar de si e de seus irmãos ausentes na execução da herança, facto tanto mais importante se atendermos à menoridade do Manuel a quem foram testados os bens de raiz. Por outro lado era fácil constituir-se em procurador do pai. O que, como vimos, aconteceu.

No entanto, o documento referido tem para M. da Costa um alcance que excede os limites do material. Quanta tranquilidade e paz desceu à sua alma ao ler «...damos por este instrumento paga raza e geral quitação ao dito seu irmão e cunhado ausente e a seus herdeiros e nada mais delles». Estava cumprida a sua palavra de homem. Agora, com os filhos lançados na vida e a dar tão boa conta de si, poderia aguardar serenamente o último lance de sua passagem terrena, a morte.

Não encerraremos este capítulo sem referir duas particularidades. A nossa informadora observou muito bem que, dos três irmãos, só o José usou o apelido Beiriz. Agora sabemos

(61) A. D. P. cart. cit., livro n° 145, fls. 118 e 146.

(62) A. M. P. V. Livro de Testamentos, livro n° 15, fls. 26.

que, por iniciativa própria ou já sugestão do filho, seu pai usou em documento oficial o referido apelido.

Pelo mesmo documento ficamos cientes da presença de António em Portugal no ano de 1866. Diz a nossa informadora que os irmãos António, José e Manuel eram muito unidos e o António, que estava solteiro, demonstrava grande afectividade à família dos irmãos, presenteando-a prodigamente. Em uma das visitas que fez à pátria levou para os sobrinhos um relógio de algibeira em prata (63). Naturalmente, não foi nessa primeira visita. O António foi o único dos irmãos que regressou, definitivamente, à pátria. Fixou-se na vila da Póvoa de Varzim, onde possuiu casa na rua do Príncipe, hoje de Almirante Reis. Consorciou-se com uma jovem de nome Ana Santana de Oliveira Cunha, filha do alquilador Bento José de Oliveira, de Vila do Conde.(64) Faleceu com 77 anos de idade, sem descendentes, no dia 25 de Novembro de 1915.(65)

Dos filhos de Manuel da Costa, um houve que se destacou dos demais: O JOSÉ. É este prestante cidadão — JOSÉ GONÇALVES DA COSTA BEIRIZ — que muito honrou a pátria lusa, tanto pela sua obra pioneira de colonização entre o povo Capixava, quanto por de seu tronco vigoroso se haver derramado em tão longínquas partes, o nome de uma pequenina mas antíquissima porção da nossa terra, que eu pretendo dar a conhecer aos poveiros através deste modesto e desprezioso trabalho.

V

José Gonçalves da Costa (Beiriz) nasceu no lugar de Cuteres, aos doze de Setembro de 1843 (66); segundo da tríade que embarcou com o pai para o Brasil. Teria os seus catorze

(63) Léa C. Ferreira, carta de 8/12/78.

(64) Ignoramos a data do casamento; a viúva passou a 2ª nupcias em 1919.

(65) A. R. C. P. V. Livro de Óbitos (Póvoa de Varzim) 1915, fls. 253v. Reg. 506.

(66) A. R. C. P. V. Livro de Baptismos-Beiriz, 1843-1869, fls. 2v.

anos. É muito possível que levasse consigo alguns conhecimentos de ler, escrever e contar, adquiridos na escolinha particular do P.º da Quintã ⁽⁵⁷⁾ já que o ensino oficial dos meninos se estabeleceu em Beiriz no ano 1874 ⁽⁵⁸⁾. Uma vez chegado ao Brasil, deve ter sido encaminhado pelo pai a exercitar-se na área do comércio, conforme as tendências do reino expressas no clássico relatório do Marquês do Lavradio «...o colono recém vindo, mesmo quando antigo lavrador no reino, não pensa noutras cousas que na mercancia» ⁽⁵⁹⁾. Vê-lo a tarimbar em qualquer armazenista de secos e molhados por um tanto de dinheiro, boia e agazalho, é imagem mais que plausível. Não seria longo seu noviciado. Ainda jovem, rompe as amarras paternas e o jugo, por vezes, cruel da servidão, e resolve enfrentar a vida por sua conta e risco «...mudando-se para PIUMA, onde se estabeleceu com uma pequenina Casa de Comércio» ⁽⁶⁰⁾. Quantas vezes, aqui, terá penetrado no seu espírito como estímulo fagueiro o eco de um adágio em voga na sua terra: «Trabalha e madruga que Deus te ajuda». E ajudou, porque «Em pouco tempo, sua Casa Comercial apresentou um progresso relativamente bom, firmando-se José Gonçalves da Costa Beiriz como um conceituado comerciante local e das redondezas» ⁽⁶¹⁾.

Desde já convém destacar a importância de PIUMA no roteiro biográfico de COSTA BEIRIZ. Ali se modelou o cidadão; se realizou o homem de negócios; se idealizou o colonizador. Vemos seu nome fixar-se à terra, sobrelevar-se no conceito dos naturais e assumir as aspirações do povoado. A política atrai-o fugazmente; disputa e obtém a cadeira de Intendente; lidera o

⁽⁵⁷⁾ Trata-se do P. e Francisco Gonçalves de Araújo Barbosa, natural de Vitorino de Piães; veio para Beiriz em 1831 como «Cura» do Abade Dr. António da Fonseca Moniz; serviu ao pároco «encomendado» até à posse do Abade Dr. Carlos Moniz de quem foi «cura» até 1840. Dedicava-se a ensinar as primeiras letras às crianças; faleceu em Beiriz em 1864.

⁽⁵⁸⁾ A. P. B. Livro das actas da Junta de Paróquia de Beiriz, 1870-77, fls. 89 e seg..

⁽⁵⁹⁾ Joel Serrão, *Emigração Portuguesa*, livros Horizonte, pág. 63.

⁽⁶⁰⁾ Léa C. Ferreira, *carta de 27/9/78*.

⁽⁶¹⁾ *Idem, cart. cit.*



José Gonçalves da Costa Beiriz

movimento emancipalista de Piuma, da tutela de Benevente; obtém a criação de um Município autónomo instalado em 19 de Janeiro de 1891; por fim, vê instalar-se no município, a Comarca ⁽⁶²⁾.

O homem de negócios vai consolidando a sua casa de Piuma, mas precisa de obter maior liberdade de acção. Por isso «após seu casamento, convocou o irmão Manuel para sócio na casa comercial, formando a sociedade BEIRIZ & IRMÃO» ⁽⁶³⁾. A respeitabilidade desta firma era conhecida no Rio de Janeiro, onde os patriotas lusos se movimentavam para dar uma resposta cabal ao vexatório ULTIMATUM INGLÊS de 11 de Janeiro de 1890. Apesar da cedência, quase imediata, do governo português à intolerância britânica, levantou-se por toda a parte uma explosão patriótica que apontava para uma retaliação armada. Tentava-se reorganizar a marinha portuguesa através de uma grande Comissão angariadora de fundos com avalizadas representações entre as colónias lusas do Brasil ⁽⁶⁴⁾. Em ofício datado de 26-2-1890, a firma Beiriz & Irmão, de Piuma, recebe da Comissão Executiva Patriótica do Rio de Janeiro solicitação para angariar donativos para fazer seguir para a Zambésia o primeiro Batalhão Patriótico em defesa da Pátria ofendida e ultrajada... ⁽⁶⁵⁾.

A actividade comerciária de Costa Beiriz deve-lhe ter dado conhecimentos importantes sobre as potencialidades das terras situadas entre os rios Piuma e Itapoama e, quiçá, da sua degradação ecológica proveniente de um tipo de colonização arcaico — as Sesmarias — que garantiam a posse da terra mas, raro, o seu povoamento ⁽⁶⁶⁾. Mais livre nos seus negócios e decidido a enfrentar o desafio da terra «Consegue (1877) a Sesmaria de terras de CRUBIXÁ, zona totalmente inculta». «Carregou para lá um séquito de trabalhadores e deu início à sua obra colonizadora, que se espalhou pelos arredores». «CRUBIXÁ foi o primeiro núcleo organizado de colonização». Resolve, então, fixar-se aqui

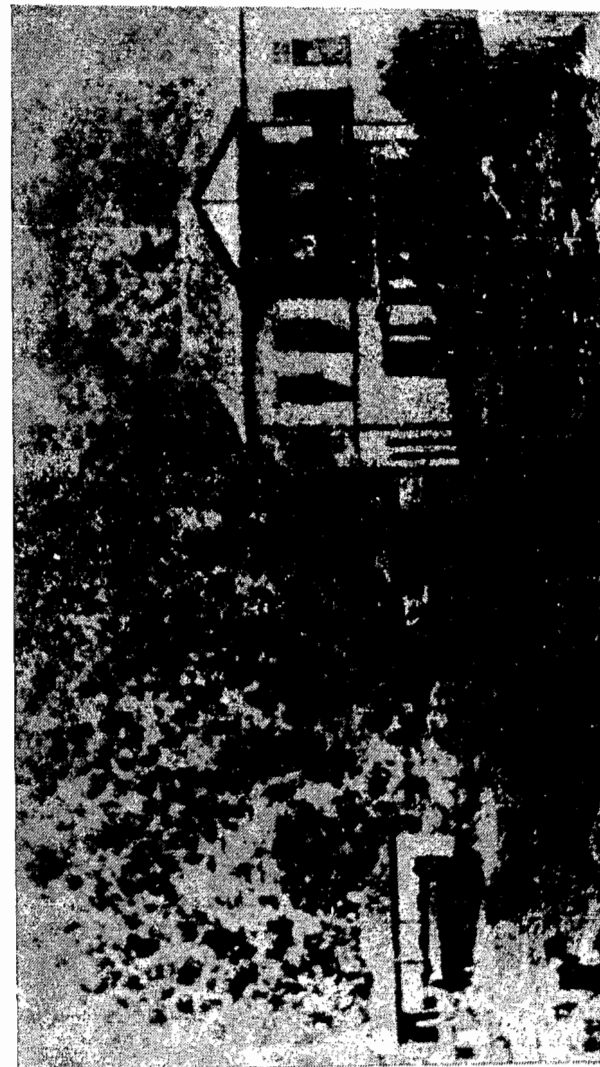
⁽⁶²⁾ Idem, *cart. cit.*

⁽⁶³⁾ Idem, *cart. cit.*

⁽⁶⁴⁾ *História de Portugal*, Barcelos, 1935, vol. VII, pág. 418.

⁽⁶⁵⁾ Léa C. Ferreira, *cart. cit.*

⁽⁶⁶⁾ Costa Porto, *o sistema sesmarial no Brasil*, Universidade de Brasília, pág. 139.



A «Casa Grande» da fazenda de Crubixá, onde Costa Beiriz viveu grande parte da sua vida.

e, um ano após a aquisição das terras, muda-se com a mulher e os filhos para esta fazenda, onde havia de nascer a maioria da sua prole⁽⁶⁷⁾. Escreve Lourival Serrão: «É nessa sua fazenda que ele, numa manifestação de alto patriotismo e magnanimidade instala as primeiras famílias que da legendária Itália, vinham partilhar conosco da grande tarefa de trabalho, às quais entrega terras e proporciona os meios para o trabalho da cultura e da própria subsistência»⁽⁶⁸⁾. Seriam 30 essas famílias⁽⁶⁹⁾.

Colonizar é, sobretudo, povoar, ou seja, estabelecer condições de humanização, a fim de que a fixação perdure e se expanda; para tanto, urge rentabilizar a terra, quer pela agricultura quer pela agro-pecuária, possibilitar o tráfego e comércio dos produtos, criar incentivos à fixação do trabalhador colono promovendo o acesso à terra, etc.

Costa Beiriz intuiu todos estes problemas, como se deprende da análise de sua obra colonizadora.

A distância de Crubixá a Piuma é grande e dificultava, enormemente, o abastecimento das famílias ali radicadas bem como dos arredores de Olaria, hoje Iconha (Estado do Espírito Santo) «que era o ponto final do trecho navegável do rio Piuma»⁽⁷⁰⁾. Dinamizar o comércio desta localidade pareceu-lhe obra acertada e promissora. Obrigado a estanciar ali o tráfego fluvial que se dirigia ao mar, o mais rápido e económico, permitia situar-se, vantajosamente, na rota do seu projecto colonizador. Em Olaria, escreve a minha informadora, «...só havia duas casas, sendo uma comercial, de propriedade do Sr. António José Duarte...um amigo antigo a quem não queria prejudicar com a concorrência... nascendo a ideia da sociedade que originou a firma DUARTE E BEIRIZ constituída em

⁽⁶⁷⁾ Léa C. Ferreira, *cart. cit.*

⁽⁶⁸⁾ José Gonçalves da Costa Beiriz, O colonizador, artigo inserto no jornal «O MOMENTO» Cachoeiro de Itapemirim, 18 de Outubro de 1974.

A sesmaria de Crubixá, localizada no interior, fora requerida à Província em 1863 por Justino Vieira de Sousa e por este cedida a Manuel Gomes do Nascimento Pena-Forte permanecendo totalmente inculta.

⁽⁶⁹⁾ João Baptista Cavati, *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*, 1973, pág. 51.

⁽⁷⁰⁾ Lourival Serrão, artigo cit. no jornal «Momento».

1879»⁽⁷¹⁾. «A firma incluía uma secção bancária que posteriormente foi separada para tornar-se CASA BANCÁRIA»⁽⁷²⁾. Entregue a orientação destes negócios ao sócio Duarte, logo procurou Costa Beiriz expandir os domínios da firma «...adquirindo novas terras com início de colonização e a fazenda TOCAIA⁽⁷³⁾ que não era habitada nem cultivada» (1880). Estas terras situam-se a poente de Crubixá, na margem direita do rio Piuma e não muito distantes de Iconha. Nelas realizou autentica obra de pioneiro através de um processo de emparcelamento destinado a atrair e fixar gentes no local, pelo que dividiu a fazenda Tocaia «em lotes de 5 e 10 alqueires⁽⁷⁴⁾ vendendo-os a longo prazo⁽⁷⁵⁾ por preço módico». Estabeleceram-se 17 famílias Italianas⁽⁷⁶⁾ que andavam erradias pelas estradas por haverem fugido das fazendas de Itapamirim onde eram tratados como escravos⁽⁷⁷⁾.

⁽⁷¹⁾ Léa C. Ferreira, *cart. cit.* A minha informadora segue a notícia de Lourival Serrão dada no artigo do jornal atrás citado.

⁽⁷²⁾ *Idem, cart. cit.*

⁽⁷³⁾ Diz Lourival Serrão que o Tocaia de «fazenda» só tinha o nome.

⁽⁷⁴⁾ O alqueire, como medida de superfície, corresponde à área de 110 × 220 m. ou seja 24.200 m.² e em hectares-2, 42.

⁽⁷⁵⁾ J. B. Cavati, *ob. cit.* pág. 51; transcreve a informação dada por Heitor Beiriz, neto de Costa Beiriz, e constante de um artigo da Revista Argos, do Rio de Janeiro, publicado em 1919 onde se lê: «...vendendo-lhes os lotes a prazo de 10 anos».

⁽⁷⁶⁾ Lourival Serrão dá-nos uma versão um tanto diferente da expressa na obra de Cavati, que seguimos. Escreve L. S. no referido art. do «MOMENTO» — «...Em 1880 adquire a fazenda Tocaia...colocando várias dezenas de famílias italianas, muitas delas providas de São Paulo...».

⁽⁷⁷⁾ J. B. Cavati, *ob. cit.* pág. 51. É abundante a literatura sobre as condições adversas em que se processava o tráfego dos emigrantes italianos, portugueses, espanhóis, etc. para o Brasil e de toda a espécie de violências, extorções e manigancias operadas por engajadores, capitães de navios e vigaristas de ocasião, que se serviam do caudal migratório para pescarem as magras e últimas coroas daqueles infelizes. Muitos foram despejados pela costa, em lugares diferentes do destino, e tiveram que sujeitar-se a padrões desumanos que os tratavam como escravos. Ainda hoje, o tema motiva o romancista que dispõem de um fecundo substrato histórico a permitir as mais variadas recriações. Muito curioso e elucidativo para a história da emigração italiana no Estado do Espírito Santo é o romance «Os Emigran-

O facto de existir na firma Duarte & Beiriz uma secção bancária é, verdadeiramente, significativo, porque denota a confiança do colonizador no processo ora iniciado, que a seu tempo daria os frutos desejados. Por aí se podiam canalizar os incentivos ao povoamento e agriculturação das terras; ordenar a cobrança aos posseiros das glebas emparceladas; animar o crédito ao pequeno aforrador, etc. Com esta iniciativa ficava montado o círculo de seu projecto expansionista. O binómio povoar para comerciar recebia uma nova componente, creditar para expandir ⁽⁷⁸⁾.

Subindo sempre pela margem direita do Piuma, Costa Beiriz vai dirigir a sua acção para DUAS BARRAS «...uma das maiores sesmarias que não possuía nenhum início de colonização». Aqui estabeleceu uma filial de Duarte & Beiriz e outra na localidade de INHAUMA, entregando a gerência destas casas ao irmão António ⁽⁷⁹⁾. O número de famílias emigrantes colocadas nesta antiga mata é de cerca de 50, também italianas, e quem foi dispensada toda a assistência ⁽⁸⁰⁾. Tanto Lourival Serrão como Heitor Beiriz concordam em que esta *Sesmaria* fora comprada em 1888. Este último informa que, em 1894, a Duarte & Beiriz «...adquiriu 500 alqueires de terra, em matas, no lugar VIRGINIA, dividindo-as em 90 lotes, colonizando-os, e muitos colonos ainda não pagaram as terras que cultivam e donde tiram a subsistência» ⁽⁸¹⁾. O nome não aparece na carta do município de Iconha, pelo que supomos tratar-se de terras de outra circunscrição administrativa. Dentro do município, mas na margem esquerda do Iconha (na carta Piuma), situam-se as terras de MONTE BELO, uma área de 50.753.120 metros quadrados,

tes» de Adelpho Poli Monjardim, celebrado escritor e homem público, actual vice-presidente da Academia Espírito-Santense de Letras, de cujas mãos tive a honra de receber um dos primeiros exemplares da referida obra, ainda fresca do prelo.

⁽⁷⁸⁾ É possível que a Casa Bancária de que se fala no texto não tivesse grande duração, uma vez que o «Almanak» editado, a partir de 1907 pela Duarte & Beiriz, não lhe faz qualquer referência.

⁽⁷⁹⁾ Léa C. Ferreira, *carta de 8/12/1978*.

⁽⁸⁰⁾ Lourival Serrão, no Jornal «MOMENTO» citado.

⁽⁸¹⁾ J. B. Cavati, *obr. cit.* pág. 51.

confrontantes com os municípios de Alfredo Chaves e Anchieta, adquiridas em 1901 por Costa Beiriz. Este grande território, loteado e dado a prazo na sua maior parte, constituiu o maior povoamento realizado pela sua nobilitante acção colonizadora. Entre 400 a 500 famílias de colonos aí se fixaram ⁽⁸²⁾, entregues à cultura do café, para cujo abastecimento e comércio do produto se fundou a firma Duarte, Beiriz & Confiança, filial da matriz de Iconha.

Voltemos, de novo, a Olaria ⁽⁸³⁾, guiados pela mão de Lourival Serrão que no seu curioso estudo — *José Gonçalves da Costa Beiriz, o colonizador* ⁽⁸⁴⁾ — nos informa como a visão esclarecida deste homem simples e arrojado se fixou sobre aquele lugar, quase ermo, mas providencialmente vocacionado para núcleo dinamizador de uma vasta região que desafia o seu espírito pioneiro. Confiante no futuro da emigração italiana, que prometia ser volumosa ⁽⁸⁵⁾, e satisfeito com a experiência de Crubixá, «...em 1878 adquirira a sesmaria de terras que lhe deu nome, abrangendo os, hoje, lugares *Solidão, Jaracatiá* e parte de *Pongal*, ali estabelecendo cerca de 33 famílias italianas, às quais proporcionou todos os meios de trabalho ⁽⁸⁶⁾». Em 1879 dá-se a constituição da sociedade comercial DUARTE & BEIRIZ e Olaria, hoje Iconha, porque localizada no coração territorial da região e com acesso fluvial possível ao porto de

⁽⁸²⁾ Heitor Beiriz fala em «mais de 400 famílias italianas». Lourival Serrão refere «perto de 500 famílias», sem assinalar a nacionalidade.

⁽⁸³⁾ É este o primitivo nome do sítio onde assenta, hoje, a cidade de Iconha; o topónimo deriva do facto de a primeira construção aí edificada ser uma oficina de oleiro. O nome actual parece derivar de *Iconho* que, na língua indígena, designa dois morros ligados um ao outro.

⁽⁸⁴⁾ Ver a nota 68.

⁽⁸⁵⁾ A emigração italiana para o Brasil deu-se em grande massa, após as lutas da unificação do país, sobretudo, a partir de 1870. No último quartel do séc. XIX entraram no Brasil cerca de 600.000 italianos.

⁽⁸⁶⁾ L. Serrão, no jornal «MOMENTO» cit. Na informação de H. Beiriz in *CABATI cit.* refere-se que em 1914, após a morte de Costa Beiriz, o coronel António José Duarte comprou 650 alqueires de terras das fazendas «Jaracatiá» e «Pongal» onde colocou mais de 50 famílias, em sua maioria italianas e descendentes destas.

Píuma, transforma-se de «um lugarejo de três casinhas» no centro comercial, para onde afluíam todos os colonos dispersos nos diversos núcleos de trabalho «crescendo o povoado com novas habitações e moradores de modo que em 1883 é ali criada a 1.ª escola pública ⁽⁸⁷⁾. O que era a firma DUARTE & BEIRIZ? A consulta de um exemplar do — *Almanack do Lavrador* — editado e distribuído gratuitamente por ela a partir de 1907 permite-nos concluir que se tratava do agente centralizador de toda a actividade económica da região; o maior latifundiário e o maior colonizador; o senhor do comércio, da indústria e da navegação; por fim, o dono da água e da finança. Além da matriz de Iconha, a sociedade possuía filiais em Píuma — DUARTE, BEIRIZ & ALLIANÇA — agentes das companhias de navegação marítima que fundeavam aquele porto onde a firma possuía trapiches para armazenar as cargas importadas e recolher o café e outros produtos agrícolas expedidos em canoas e pranchas da firma de Iconha; em Monte Belo — DUARTE, BEIRIZ & CONFIANÇA — em Duas Barras — DUARTE, BEIRIZ & C. a. Estas destinadas a abastecer as fazendas do interior e «...compramos café em qualquer quantidade, pilado ou mesmo em côco, e por termos bons machanismos para os beneficiar devidamente, podemos sempre obter os melhores resultados nas nossas vendas, podendo, portanto, dividil-os por entre aqueles, que, guiados por boa estrella, nos procurem, para se certificarem da verdade ⁽⁸⁸⁾.»

A comercialização do café, cultura em franco desenvolvimento, permitiu a instalação, em 1892, da primeira usina a vapor destinada a beneficiar a semente da apreciada rubiácea; esta e outras, movidas a água, colocavam a firma na vanguarda de seus competidores. Pela referida publicação, vemos como a Duarte & Beiriz se esforçava por atrair colonos à sua área de influência, convidando a irem a Iconha todos quantos «...querem comprar bons prazos feitos, com boa casa, bom cafezal e pasto...» pois havia-os para todos os preços e em diversos

⁽⁸⁷⁾ Folheto intitulado «*Histórico de Iconha*» editado pela Prefeitura.

⁽⁸⁸⁾ ALMANAK DO LAVRADOR, ANNO 2º 1908, pág. 41 (Publicidade) editado pela Duarte & Beiriz.

lugares. Igualmente, vendiam «...boas mattas virgens na Virgínia e em Monte Bello, com agoadas para moínhos e engenhos e terras que plantando café, no fim de 3 anos dá 1/2 alqueire cada pé e no fim de 5 dá um saco...» ⁽⁸⁹⁾.

Toda a política colonizadora da firma, como dissemos, era orientada por Costa Beiriz e todo o sucesso se deve à maleabilidade de processos utilizada na colocação dos colonos, quer racionalizando os loteamentos em ordem a uma rentável exploração; quer estabelecendo o pagamento a «longo prazo» para as glebas adquiridas, quer promovendo o «abono» dos bens alimentares, da utensilagem agrícola e das sementes, quer utilizando «técnicas» para facilitar aos colonos o escoamento das safras ⁽⁹⁰⁾, quer praticando um «paternalismo» com aquelas famílias que a desventura impedia de satisfazer seus compromissos ⁽⁹¹⁾.

Vemos, assim, que nem só o Governo criava colónias, mas também os particulares, senhores de grandes latifúndios, as formavam, para que a terra, cultivada e povoada, se transformasse em fonte de riqueza. Esta dá-se, sobretudo, pelo nome de café ⁽⁹²⁾, o grande responsável pelo desenvolvimento de certas

⁽⁸⁹⁾ Publicidade inserta no cit. almanaque.

⁽⁹⁰⁾ J. B. Cavati na *Obra cit.* pág. 52 tece as seguintes-considerações-à obra colonizadora da firma Duarte & Beiriz: «Sendo a firma...entidade comercial com fins lucrativos, que interesse tinha em vender os lotes em condições tão vantajosas para os compradores? Respondo que ao fornecer os géneros já tirava um lucro, embora a prazo. O colono ficava na obrigação de vender o café à firma, que auferia outro lucro na venda do produto. Assim quando o colono entregava o café já pagava uma amortização e juros. Havia assim um entendimento entre capital e trabalho com lucros para ambas as partes». Parece-me que a venda do café à firma não era obrigação contratual, mas imperativa, em razão das vantagens que ela oferecia aos colonos. De resto, não se compreenderia muito bem a publicidade feita para atrair vendedores do produto, se a firma tivesse o monopólio de tal comércio.

⁽⁹¹⁾ Algumas terras nunca chegaram a ser totalmente pagas.

⁽⁹²⁾ Nelson Werneck Sodré na sua obra *Formação Histórica do Brasil* e pág. 276 anota «O grande papel da cultura cafeeira, no Brasil, se desdobra em dois lances notáveis. No primeiro, ela mantém a estabilidade do eixo político do país, deslocado para a região Centro-Sul pelo advento da mineração. O segundo lance, em que a sua função é de primeira ordem,

regiões até aí incultas e que vieram a sobrepor-se a outras mais antigas no povoamento, mas sem dinâmica expansionista. Tal o exemplo de Iconha. A acção colonizadora de Costa Beiriz e a vitalidade da firma DUARTE & BEIRIZ fizeram do pequeno povoado de ontem uma próspera localidade, cuja principal riqueza é a cultura e o comércio do café ⁽⁹³⁾. Centro geográfico de um vasto território em plena laboração agrícola e razoavelmente humanizada, preenchia as condições necessárias ao desencadeamento de uma acção política tendente à criação do Município. Costa Beiriz lidera o processo e, em nome da firma, doa o terreno para o património municipal e compromete-se a edificar a sede da Prefeitura ⁽⁹⁴⁾. Pelo decreto nº 81 de 18 de Novembro de 1904, Iconha é elevada à categoria de Vila e, em 19 de Dezembro do mesmo ano, dá-se a inauguração oficial do Município, pela transferência da sede municipal de Piuma para Iconha ⁽⁹⁵⁾. Infelizmente, não foi possível obter o documento da doação do património de Iconha; uma enchente teria provocado a perda do arquivo antigo ⁽⁹⁶⁾. Um pequeno registo intitulado — HISTÓRICO DE ICONHA — condensa as linhas mestras do conhecido sobre a origem da cidade e o seu actual status; é tudo quanto a Prefeitura tem para oferecer à curiosidade de um pesquisador apressado ⁽⁹⁷⁾. Por mim, senti-me satisfeito e

é já sob o Império de D. Pedro II. Ele permite, pela soma de riqueza e de interesses que representa, a obra de centralização e unificação que o Segundo Império empreende e leva a termo. E tão intimamente se solidarizara com essa obra que, no momento em que a lavoura cafeeira, pelos seus representantes mais autorizados, falta ao regime com o seu apoio decidido, na questão do elemento servil, o Império não pode ter mais dúvidas quanto ao seu destino. É a queda que o espera».

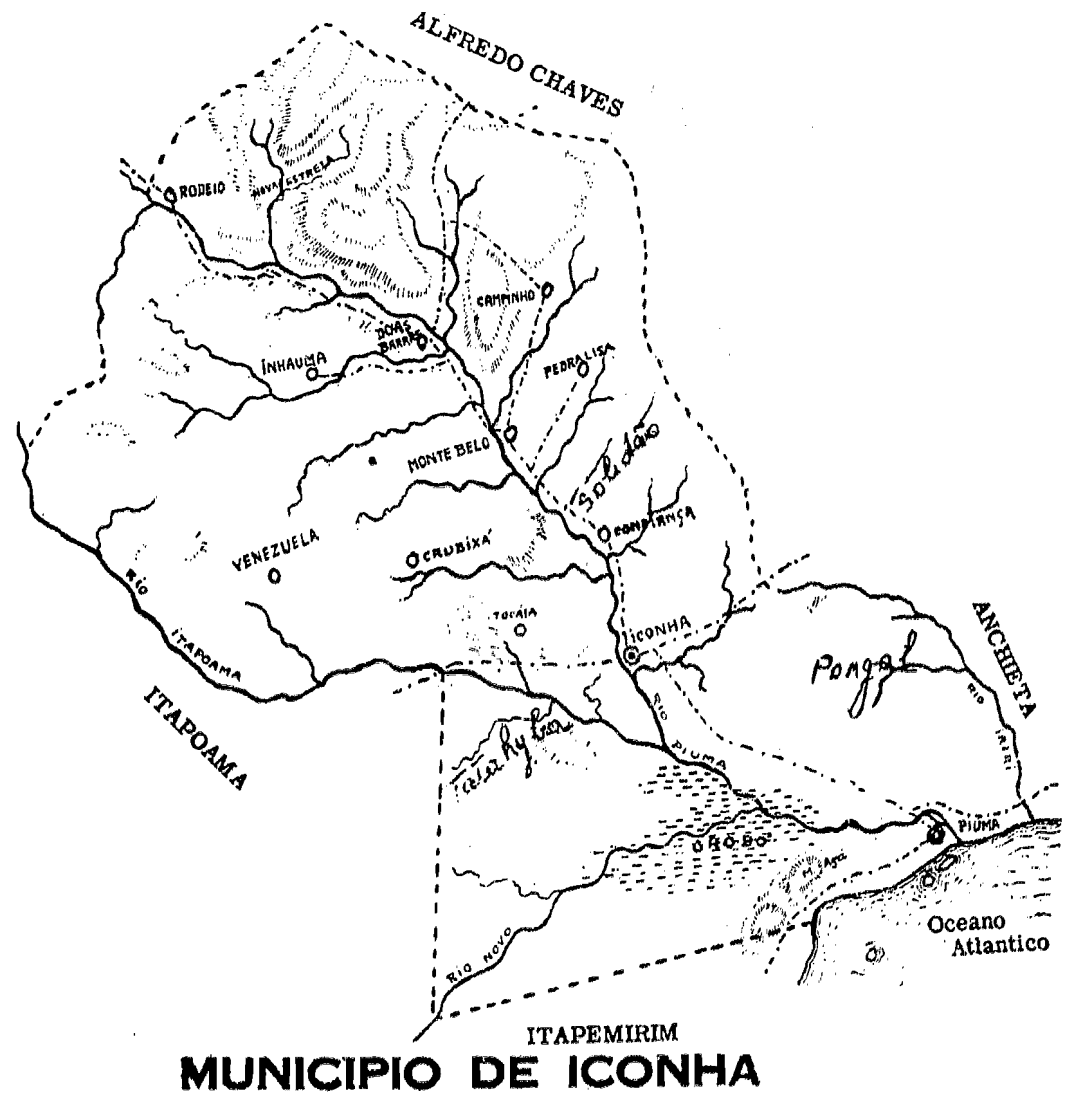
⁽⁹³⁾ Ainda, hoje, a principal actividade económica é o café, a banana e a pecuária.

⁽⁹⁴⁾ L. Serrão, no jornal cit. Hoje, a Prefeitura está em edificio de construção recente, sito na Praça da Cidade.

⁽⁹⁵⁾ Almanak do Lavrador, Anno 2º, 1908.

⁽⁹⁶⁾ Informação dos serviços de secretaria da Prefeitura de Iconha.

⁽⁹⁷⁾ Visitei, em 5 de Dezembro de 1980, a cidade de Iconha, na companhia do casal amigo Srs. José Fernando Ferreira e Léa Carvalho Ferreira, meus anfitriões e guias em Vitória, do Espírito Santo. O meu objectivo era descobrir elementos materiais marcados pelas mãos ou pelo





Aspecto parcial da cidade de Iconha

compensado, ao ler no referido memorial «...São considerados fundadores do povoado de Iconha os senhores Cel. António José Duarte e José Gonçalves da Costa Beiriz». Pedi ao ilustre e atencioso Prefeito que não deixasse perder a memória daqueles prestimosos cidadãos, cujos nomes eu dificilmente descobrira na cidade e em lugares bem diferentes: O do coronel António Duarte, no frontispício de uma escola; o do tenente-coronel J.

engenho de Costa Beiriz. A pesquisa não ultrapassou Iconha. no interior dos Estados as distâncias dilatam-se abissalmente, cidadezinha de uns dez mil habitantes, bastante bem tratada, a urbanizar-se modestamente sobre o velho povoado, do qual restam ainda algumas reminiscências. Infelizmente, desapareceu o belo edifício da firma Duarte & Beiriz, para dar lugar a uma incarácterística estação de abastecimento de combustível, mas ainda está de pé a casa trigémea do cor. António Duarte e o pequeno «chalet» onde morreu Costa Beiriz.

G. da Costa Beiriz no frontispício de sua arca tumular ⁽⁹⁸⁾. Para este que preferiu, humildemente, aceitar o convite do Criador «...enchei a terra e sujeitai-a ⁽⁹⁹⁾» à sedutora vanglória de recolher nos celeiros os frutos da promessa ⁽¹⁰⁰⁾, é de toda a justiça dar-lhe um lugar entre os vivos. Na pequena mas bela cidade de Iconha, a terra que ele amou!

⁽⁹⁸⁾ Em 4 de Abril de 1899, Costa Beiriz dirigiu ao Presidente do Governo Municipal de Pluma o seguinte requerimento «José Gonçalves da Costa Beiriz tendo anteriormente feito dádiva do terreno que actualmente ocupa a Capella de S. António e o Cemitério da Povoação de Iconha d'esta Comarca, e como pelo aumento da população julga já ser pequeno o referido Cemitério e como elle hoje a cargo desse Governo, por isso vem oferecer para augmento delle, como dádiva, mais seis mil palmos quadrados de terreno contíguo ao referido Cemitério, dezejando porem que o Governo atendendo não só a dádiva primitiva como a que vem fazer lhe mande tambem conceder gratuitamente e perpetuamente dentro do referido Cemitério o espaço de duzentos palmos quadrados, para idificação de um jazigo para si e sua família ou amigos». Da sobredita capela de S.to António nada resta.

⁽⁹⁹⁾ *Génesis, I-28.*

⁽¹⁰⁰⁾ Consta da tradição local que Costa Beiriz era um homem de profunda humildade, que preferia a convivência simples dos colonos à dos homens de negócios, pelo que «para se conhecer a sua vida de renúncias, de trabalhos, de sacrificios, é preciso buscar o testemunho da gente simples e boa da lavoura que tem, no coração, sempre acesa, a candeia da gratidão àquele que lhe estendeu a mão, solícita e carinhosa, quando, nostálgica, ainda sentia nos ouvidos a dansa das vagas do oceano largo que atravessara, deixando ao longe, a mãe pátria». E continua Lourival Serrão «A obra deste colonizador é grande, é imensa, porque ele não só beneficiou a si próprio, mas todos. Ele, senhor de grandes latifundios, podia, se quizesse, colonizá-los para si próprio, sem os retalhar. Mas, não; preferiu partilhar com todos, fazendo a todos felizes, ou dando meio de o serem. É aí que sua obra se agiganta».